

# DELEUZE E O SENTIDO COMO EFEITO DE SUPERFÍCIE: PARADOXO E NÃO-SENSE

*DELEUZE AND SENSE AS A SURFACE EFFECT: PARADOX AND NONSENSE*

**Cacilda Bonfim**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão,  
Brasil

**Maria Aracy Bonfim**

Universidade Federal do Maranhão, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v4i1.170>

**RESUMO:** Este artigo analisa a reversão do platonismo em Gilles Deleuze, tomando como eixo a crítica à representação e suas implicações para a compreensão do sentido como efeito de superfície. Parte-se da leitura deleuziana do platonismo como regime de seleção fundado na distinção entre modelo, cópia e simulacro, em que a diferença é subordinada à identidade, à semelhança e à medida. A partir das obras *Diferença e repetição* e *Lógica do sentido*, busca-se mostrar que a afirmação do simulacro não corresponde à simples inversão de uma hierarquia, mas à desativação do critério que submete o múltiplo ao Mesmo. Nesse percurso, o sentido deixa de ser concebido como essência, fundamento ou correspondência estável entre linguagem e mundo, passando a ser compreendido como acontecimento e efeito produzido na superfície. O artigo destaca ainda o papel do paradoxo e do não-senso como operadores constitutivos da produção do sentido e não como falhas da razão ou da linguagem. Por fim, examina-se a literatura, especialmente a partir de Lewis Carroll, como campo privilegiado em que a linguagem tensiona a representação, desestabiliza identidades fixas e faz proliferar acontecimentos de sentido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gilles Deleuze; sentido; simulacro; literatura; não-senso.



**RESUMO:** This article analyzes the reversal of Platonism in Gilles Deleuze, taking as its axis the critique of representation and its implications for understanding sense as a surface effect. It begins from Deleuze's reading of Platonism as a regime of selection grounded in the distinction between model, copy, and simulacrum, in which difference is subordinated to

identity, resemblance, and measure. Drawing on *Difference and Repetition* and *The Logic of Sense*, the article seeks to show that the affirmation of the simulacrum does not correspond to the simple inversion of a hierarchy, but rather to the deactivation of the criterion that subjects multiplicity to the Same. In this movement, sense ceases to be conceived as essence, foundation, or stable correspondence between language and world, and comes to be understood as an event and an effect produced on the surface. The article also emphasizes the role of paradox and nonsense, not as failures of reason or language, but as constitutive operators in the production of sense. Finally, it examines literature, especially through Lewis Carroll, as a privileged field in which language places representation under tension, destabilizes fixed identities, and makes events of sense proliferate.

**KEYWORDS:** Gilles Deleuze; sense; simulacrum; literature; nonsense.

## Introdução

Gilles Deleuze desorganiza a tradição filosófica ocidental. Ao retomar e radicalizar a tarefa, já anunciada por Friedrich Nietzsche, sobretudo em *Crepúsculo dos Ídolos*, de reverter o platonismo, sua filosofia atinge um dos eixos mais persistentes do pensamento ocidental: a subordinação da diferença à identidade. Essa operação, sustentada ontologicamente em *Diferença e repetição* e explicitada no apêndice “Platão e o simulacro”, de *Lógica do sentido*, incide sobre a distinção entre modelo e cópia, essência e aparência, verdade e simulacro, mostrando que tais oposições não são neutras, mas pertencem a uma lógica da representação. Nesse quadro, Deleuze lê Nietzsche não apenas como crítico da metafísica, mas como pensador que torna possível afirmar a diferença sem reconduzi-la ao Mesmo.

O platonismo, tal como interpretado por Deleuze, não institui apenas uma doutrina das Ideias, mas um regime de seleção. As imagens são avaliadas segundo sua relação com o modelo, sendo reconhecidas como legítimas quando podem ser reconduzidas à semelhança e à participação. O simulacro ocupa, nesse esquema, o lugar daquilo que ameaça a ordem representacional, justamente por escapar à lógica do Mesmo e do Semelhante. A reversão deleuziana do platonismo incide sobre esse ponto: afirmar o simulacro não significa elevar uma cópia degradada, mas desativar o critério que subordina a diferença à identidade.

A crítica da representação, contudo, não se limita ao problema do modelo e da cópia. Ela abre caminho para uma transformação mais ampla

do modo de pensar o sentido. Se a diferença já não deve ser reconduzida a um fundamento anterior, o sentido também não pode ser concebido como essência, profundidade ou correspondência estável entre linguagem e mundo. Em *Lógica do sentido*, Deleuze formula essa questão por meio da noção de efeito de superfície, articulando acontecimento, paradoxo e não-senso como elementos constitutivos da produção do sentido.

É nesse horizonte que a literatura adquire importância decisiva. Longe de funcionar como ilustração externa da filosofia, ela aparece como campo em que a linguagem tensiona a designação, desloca identidades fixas e faz proliferar efeitos de sentido. Em Lewis Carroll, especialmente, Deleuze encontra uma experiência literária capaz de encenar os paradoxos do sentido e de mostrar que a linguagem não apenas representa estados de coisas, mas produz acontecimentos.

O presente artigo analisa a reversão do platonismo em Gilles Deleuze, destacando seus desdobramentos ontológicos e suas implicações para a compreensão do sentido como efeito de superfície. Parte-se da hipótese de que a crítica à representação não apenas redefine o estatuto da diferença, mas também permite compreender a linguagem para além de sua função referencial. Busca-se mostrar de que modo a literatura se constitui como um campo em que o sentido se produz como acontecimento, em articulação com o paradoxo e o não-senso, sem remissão a um fundamento ou a um significado prévio.

### **Entre modelo e simulacro: a crítica da representação**

No ensaio “Platão e o simulacro”, que integra a seção de apêndices de *Lógica do sentido*, Deleuze identifica no platonismo não apenas uma ontologia, e sim um regime de seleção que visa distinguir entre imagens legítimas e ilegítimas. Não se trata, portanto, de pensar a cópia enquanto simples duplicação do modelo, mas de compreender o modo como determinadas imagens se apresentam como aptas a reivindicar o estatuto do verdadeiro, enquanto outras são excluídas dessa pretensão. O problema desloca-se, assim, para o campo das condições que autorizam ou desqualificam tal reivindicação.

Em termos muito gerais, o motivo da teoria das Ideias deve ser buscado do lado de uma vontade de selecionar, de filtrar. Trata-se de fazer a diferença. Distinguir a “coisa” mesma e suas imagens, o original e a cópia, o modelo e o simulacro (DELEUZE, 2011, p. 259).

A passagem evidencia que a teoria das Ideias implica um procedimento de divisão que não se limita à distinção entre original e cópia, mas que introduz um critério capaz de avaliar a legitimidade das imagens em sua relação com a Ideia. Não se trata apenas de saber se algo é cópia, mas de determinar se essa cópia é bem fundada, isto é, se participa adequadamente da Ideia.

É nesse contexto que emergem os chamados “pretendentes”. Eles não se reduzem a imagens, mas a instâncias que aspiram ao verdadeiro. A questão deixa de ser ontológica no sentido clássico e assume a forma de uma “prova” (*épreuve*), sendo preciso submeter essas pretensões a um crivo que permita distinguir aquelas que são legitimadas por sua relação com a Ideia daquelas que apenas a reivindicam sem fundamento. A divisão platônica, nesse sentido, não é apenas classificatória, mas seletiva e normativa.

Trata-se, portanto, de um dispositivo que determina a legitimidade das réplicas enquanto pretensões ao verdadeiro, estabelecendo, assim, uma hierarquia entre representações bem fundadas e ilegítimas.

Daí a ênfase deleuziana: “O projeto platônico só aparece verdadeiramente quando nos reportamos ao método da divisão. Pois esse método não é um procedimento dialético entre outros” (DELEUZE, 2011, p. 259).

Ora, no interior desse regime, o simulacro não designa simplesmente uma imagem qualquer, mas aquilo que é excluído como ilegítimo. Trata-se de uma cópia sem fundamento, que não participa adequadamente da Ideia e que, por isso, não pode ser reconhecida como verdadeira. O simulacro aparece, assim, como falso pretendente, isto é, como uma imagem que reivindica o estatuto do verdadeiro sem satisfazer as condições que autorizariam tal reivindicação.

Referindo-se especificamente ao *Sofista*, de Platão (236b, 264 c), Deleuze elucida:

É neste sentido que Platão divide em dois o domínio das imagens-ídolos: de um lado, as cópias-ícones, de outro os simulacros-fantasmas. Podemos então definir melhor o conjunto da motivação platônica: trata-se de selecionar os pretendentes, distinguindo as boas e as más cópias ou antes as cópias sempre bem fundadas e os simulacros sempre submersos na dessemelhança. Trata-se de assegurar o triunfo das cópias sobre os simulacros, de recalcar os simulacros, de mantê-los encadeados no fundo, de impedi-los de subir à superfície e de se “insinuar” por toda parte (DELEUZE, 2011, p. 262).

O excerto torna mais nítido o alcance da divisão platônica. Não se trata apenas de distinguir tipos de imagens, mas de instituir uma cisão no interior do próprio domínio das aparências, separando aquelas que podem ser reconduzidas à Ideia por meio da semelhança daquelas que escapam a esse regime. As cópias, enquanto ícones, são reconhecidas como bem fundadas na medida em que mantêm uma relação de participação com a Ideia; os simulacros, ao contrário, são definidos por uma dessemelhança constitutiva que os torna incompatíveis com o princípio de medida.

A referência aos “pretendentes” ganha aqui sua formulação mais precisa. O que está em jogo é um procedimento de seleção que visa garantir o predomínio das cópias legítimas, ao mesmo tempo em que exclui e subordina os simulacros. A linguagem empregada por Deleuze não é neutra: recalcar, manter no fundo, impedir de subir à superfície. Trata-se de um movimento ativo de contenção, que revela o caráter profundamente normativo da operação platônica.

A representação aparece, então, como o espaço em que a diferença só pode ser admitida desde que subordinada a um princípio prévio de identidade. É nesse sentido que Platão, ao fundar a cópia sobre a semelhança interior e espiritual com a Ideia, institui também um campo de inteligibilidade no qual o ser só pode ser reconhecido por meio de relações de conformidade, proporção e medida. O que se impõe, portanto, não é apenas uma teoria das imagens, mas uma estrutura do pensamento em que conhecer significa reconduzir o diverso a um fundamento capaz de legitimá-lo.

O interesse de Deleuze recai precisamente sobre o ponto em que a representação encontra seu limite. Se ela fornece um princípio de ordenação universal, é porque recalca aquilo que não pode ser submetido à forma da semelhança. O simulacro é justamente esse ponto crítico. Ele não se define por uma semelhança degradada, mas por uma disparidade interna que impede sua redução ao modelo. Em vez de reproduzir uma identidade anterior, ele introduz divergência entre séries, descentramento dos pontos de vista e um funcionamento que já não pode ser regulado pelo primado do original. O simulacro revela o avesso da representação, aquilo que ela precisa manter submerso para garantir sua estabilidade.

Esse problema, contudo, não permanece restrito ao platonismo. Deleuze mostra que a representação se prolonga historicamente, primeiro como representação finita, em Aristóteles, e depois como representação infinita, em Leibniz e Hegel. Embora esses últimos pareçam ampliar o

campo da diferença, levando-a ao infinito, eles não rompem com o elemento representacional, pois ainda conservam a dupla exigência do Mesmo e do Semelhante. Como afirma Deleuze, “Leibniz e Hegel marcam com seu gênio esta tentativa. Contudo, se ainda assim não saímos do elemento da representação, é porque permanece a dupla exigência do Mesmo e do Semelhante” (DELEUZE, 2011, p. 265). Em Leibniz, a divergência é distribuída a partir de séries convergentes, de modo que a impossibilidade funciona como critério de exclusão dos mundos divergentes. Em Hegel, por sua vez, a contradição é reconduzida a um centro dialético, no qual a diferença encontra sua verdade na mediação e na reconciliação. Assim, mesmo quando a representação se torna infinita, ela continua a selecionar, ordenar e subordinar a diferença a uma forma de identidade.

O ponto decisivo, para Deleuze, é que nessa lógica esquemática a diferença não aparece por si mesma. Tudo o que difere só pode ser admitido se ainda puder ser reconduzido a uma identidade e medido por uma semelhança. O que escapa a isso, como o simulacro, deixa de ser reconhecido como legítimo.

É a partir dessa estrutura que se compreende a intervenção deleuziana. Ao afirmar o simulacro, Deleuze não se limita a inverter a hierarquia entre modelo e cópia, como se bastasse atribuir ao simulacro o lugar antes reservado ao fundamento. A questão é mais radical: trata-se de desativar o próprio critério que torna essa hierarquia possível. O simulacro deixa de ser pensado como cópia degradada e passa a designar uma potência de diferença que escapa à mediação do Mesmo e do Semelhante. Desse modo, já não pode ser avaliado segundo a oposição entre verdadeiro e falso, pois introduz uma disparidade que compromete o regime representacional em seu fundamento. O que está em jogo, portanto, não é a reabilitação de um termo marginal, mas a abertura de um pensamento da diferença para além da identidade.

### **Diferença, sentido, paradoxo e não-senso**

A crítica deleuziana da representação não se limita à desmontagem da hierarquia platônica entre modelo, cópia e simulacro. Ela se desdobra em uma exigência mais ampla: pensar a diferença sem submetê-la à identidade, à semelhança, à oposição ou à analogia. Em *Diferença e repetição*, Deleuze formula esse problema de modo decisivo ao afirmar que “o primado da

identidade, seja qual for a maneira pela qual esta é concebida, define o mundo da representação” (DELEUZE, 2018, p. 13). A representação, portanto, não é apenas um modo de conhecer, mas uma estrutura de pensamento que só admite a diferença quando esta pode ser reconduzida a uma forma de identidade.

É nesse sentido que Deleuze propõe pensar a diferença em si mesma, isto é, fora das mediações que a subordinam ao Mesmo. Segundo o filósofo, “queremos pensar a diferença em si mesma e a relação do diferente com o diferente, independentemente das formas da representação que as conduzem ao Mesmo e as fazem passar pelo negativo” (DELEUZE, 2018, p. 13). A diferença, nesse horizonte, deixa de ser concebida como variação secundária, oposição entre termos ou falta em relação a uma identidade primeira. Ela passa a ser afirmada como princípio produtivo, capaz de engendrar relações, séries e acontecimentos.

Esse deslocamento também redefine a repetição. Longe de corresponder à reprodução do mesmo, a repetição se vincula ao singular, ao que não pode ser substituído por um equivalente. Por isso, Deleuze afirma que “repetir é comportar-se, mas em relação a algo único ou singular, algo que não tem semelhante ou equivalente” (DELEUZE, 2018, p. 18). A repetição, assim compreendida, não confirma a identidade, mas a desfaz, pois repete não aquilo que permanece igual, mas a potência diferencial que torna cada acontecimento irreduzível à generalidade.

Esse ponto é decisivo para a passagem ao problema do sentido. Se a diferença já não depende de uma identidade anterior e se a repetição não se reduz à reprodução do mesmo, o sentido também não pode ser pensado como correspondência estável entre palavra e coisa, nem como conteúdo previamente dado. Ele deve ser compreendido como produção, efeito e acontecimento. Em outras palavras, a crítica da representação prepara a formulação do sentido como algo que não se encontra em uma profundidade oculta, mas que se produz na superfície das relações diferenciais.

É em *Lógica do sentido* que esse deslocamento encontra sua formulação mais precisa. Ao retomar a distinção estoica entre corpos e incorpórais, Deleuze mostra que os acontecimentos não se confundem com os corpos nem com os estados de coisas. Os corpos existem, agem e padecem; os acontecimentos, por sua vez, não são substâncias, qualidades ou propriedades físicas, mas efeitos incorpórais que subsistem ou insistem na superfície dos corpos. Crescer, diminuir, cortar, ser cortado, avermelhar

ou verdejar não designam coisas, mas acontecimentos que resultam das misturas corporais sem se reduzirem a elas. Por isso, o sentido não deve ser buscado como essência profunda, mas compreendido no plano desses efeitos de superfície.

Essa mudança é decisiva porque retira o pensamento da lógica da profundidade. Aquilo que, no platonismo, permanecia associado ao fundo, ao simulacro e ao devir recalcado, sobe agora à superfície. Assim, com os estoicos, “tudo sobe à superfície” e o devir-ilimitado já não é “um fundo que murmura”, mas aquilo que se manifesta como acontecimento incorporal (DELEUZE, 2011, p. 8). O sentido aparece, deste modo, como efeito, e não como fundamento, acontecimento ou essência. Ou seja, emerge como produção na fronteira entre corpos e linguagem, e não como correspondência estável entre palavra e coisa.

É nesse ponto que o paradoxo assume uma função constitutiva. Se o bom senso procura fixar uma direção única para o pensamento, o paradoxo afirma a coexistência de sentidos divergentes. Na leitura deleuziana de *Alice*, crescer implica também tornar-se menor em relação ao que se está em vias de ser; o devir escapa ao presente e arrasta passado e futuro em uma mesma operação. Por isso, “o paradoxo é, em primeiro lugar, o que destrói o bom senso como sentido único, mas, em seguida, o que destrói o senso comum como designação de identidades fixas” (DELEUZE, 2011, p. 3). O paradoxo, portanto, não se resume à contradição formal, pois ele desfaz a pretensão de estabilidade do sentido e impede que a linguagem seja reduzida à função de nomear identidades previamente constituídas.

Desse modo, o não-senso também deixa de ser compreendido como simples ausência de sentido. Já no prólogo de *Lógica do sentido*, Deleuze afirma que “o sentido é uma entidade não existente” e que mantém com o não-senso “relações muito particulares” (DELEUZE, 2011, p. XV). Essa formulação impede que o não-senso seja tomado apenas como negação, falha ou vazio lógico. Ao contrário, ele participa da própria constituição paradoxal do sentido, uma vez que este não possui existência substancial, nem se confunde com uma significação previamente estabilizada. O sentido insiste, subsiste e se produz como efeito, enquanto o não-senso atua como elemento que desorganiza a pretensão de fixidez da linguagem.

Por isso, a articulação entre paradoxo e não-senso é decisiva. O paradoxo rompe com o bom senso, entendido como direção única do pensamento, e com o senso comum, entendido como reconhecimento de identidades fixas. O não-senso, por sua vez, impede que essa ruptura recaia

em mera indeterminação, pois faz circular as séries e força a emergência de novas relações de sentido. Não se trata, portanto, de ausência de significação, mas de uma potência que desloca a linguagem para além da designação estável, abrindo-a à produção de acontecimentos. Nessa perspectiva, o sentido não preexiste aos enunciados, nem se aloja na profundidade das coisas; ele se constitui na fronteira entre corpos e proposições, no ponto em que os acontecimentos se expressam e a linguagem ultrapassa seus próprios limites.

É por essa razão que a superfície não deve ser entendida como algo menor ou empobrecido. Em Deleuze, ela é o plano em que os acontecimentos se manifestam, em que o devir deixa de ser profundidade recalcada e em que o sentido se produz como efeito. O paradoxo aparece, então, como destituição da profundidade e exposição dos acontecimentos na superfície da linguagem, enquanto o não-senso opera como condição interna dessa produção. Assim, sentido, paradoxo e não-senso não formam termos exteriores uns aos outros, mas compõem uma mesma dinâmica: a do sentido como acontecimento de superfície. É precisamente essa compreensão que permite aproximar a filosofia deleuziana da literatura, não como simples campo de aplicação conceitual, mas como espaço em que a linguagem faz proliferar séries, paradoxos e efeitos de sentido.

## **Literatura e superfície do sentido**

A compreensão do sentido como efeito de superfície permite deslocar também o modo de pensar a literatura. Se o sentido não é fundamento, essência ou profundidade a ser revelada, a linguagem literária não pode ser reduzida à função de representar o mundo ou transmitir significados previamente constituídos. Ela opera, antes, como campo de produção de acontecimentos, no qual as palavras deixam de apenas designar estados de coisas e passam a fazer proliferar relações, séries e efeitos de sentido.

Nesse horizonte, a literatura não aparece como ilustração exterior da filosofia deleuziana, mas como um campo em que os próprios problemas do sentido se tornam sensíveis. A linguagem literária tensiona a designação, desestabiliza identidades fixas e faz emergir aquilo que não se deixa apreender pela lógica representacional. Em vez de remeter a uma verdade anterior ao texto, ela produz deslocamentos, inversões e ressonâncias que tornam visível o caráter acontecimental do sentido.

É por essa razão que Lewis Carroll ocupa lugar privilegiado em *Lógica do sentido*. Para Deleuze, sua obra realiza uma verdadeira encenação dos paradoxos do sentido, explorando o jogo entre linguagem e não-senso sem reduzi-lo ao absurdo vazio. No prólogo, Deleuze afirma que Carroll faz “a primeira grande encenação dos paradoxos do sentido, ora recolhendo-os, ora renovando-os, ora inventando-os, ora preparando-os” (DELEUZE, 2011, p. XV). A literatura aparece, assim, como espaço em que o paradoxo não bloqueia a significação, mas a faz proliferar, deslocando a linguagem de sua função ordinária de nomear e estabilizar identidades. As aventuras de Alice revelam uma experiência em que o sentido se produz por inversões, deslizamentos e passagens de superfície.

Assim, a relação entre filosofia e literatura, em Deleuze, não se reduz à exemplificação de conceitos previamente formulados. Trata-se de produzir ressonâncias entre o filosófico e o não filosófico, transmutando “em conceitos o exercício não conceitual de pensamento existente nesses outros domínios” (MACHADO, 2009, p. 194). Essa leitura ajuda a compreender por que Lewis Carroll não aparece em *Lógica do sentido* como simples objeto literário, mas como operador de pensamento: sua escrita permite a Deleuze conceituar o paradoxo, o não-senso e os efeitos de superfície.

Esse movimento se torna mais claro quando Deleuze associa a literatura de Carroll à descoberta estoica da superfície. Em vez de buscar o sentido na profundidade oculta das coisas, Carroll faz com que os acontecimentos se desdobrem na fronteira entre corpos e linguagem. Por isso, Deleuze afirma que “não há, pois, aventuras de Alice, mas uma aventura: sua ascensão à superfície, sua desmistificação da falsa profundidade, sua descoberta de que tudo se passa na fronteira” (DELEUZE, 2011, p. 10). A literatura, nesse sentido, não aprofunda o mundo em busca de uma essência escondida; ela percorre a superfície, acompanha os acontecimentos e mostra que o sentido se produz no limite instável entre aquilo que acontece e aquilo que se enuncia.

A linguagem literária opera, portanto, por uma lógica distinta da representação. Ela não procura reproduzir um objeto nem reconduzir a multiplicidade a um significado estável. Ao contrário, faz proliferar séries, desloca relações, produz encontros inesperados entre palavras, imagens e acontecimentos. Em *Diferença e repetição*, Deleuze afirma que “repete-se uma obra de arte como singularidade sem conceito, e não é por acaso que um poema deve ser aprendido de cor” (DELEUZE, 2018, p. 18). A

obra de arte não se reduz, assim, à generalidade de um conceito nem à equivalência de uma representação; ela se afirma como singularidade, cuja repetição não copia o mesmo, mas reinscreve uma diferença.

É nesse ponto que a literatura se aproxima da teoria deleuziana do sentido. Se o sentido é efeito de superfície, a obra literária não deve ser lida como depósito de significados ocultos, mas como campo de acontecimentos de linguagem. Suas palavras não apenas designam estados de coisas; elas produzem relações, fazem circular intensidades, abrem séries e tornam sensível o modo pelo qual o sentido emerge do encontro entre linguagem, paradoxo e não-senso. Nesse sentido, a literatura pode ser compreendida como uma intercessora do pensamento deleuziano, pois os intercessores são “encontros os quais fazem com que o pensamento saia de sua imobilidade natural” (VASCONCELLOS, 2005, p. 1223). A literatura, portanto, não funciona como ornamento ou exemplo externo, mas como força que desloca o pensamento, fazendo-o abandonar a estabilidade da representação e abrir-se à criação de novos efeitos de sentido.

Desse modo, a literatura permite compreender, em ato, aquilo que Deleuze formula conceitualmente: o sentido não nasce da submissão da linguagem a uma referência fixa, mas da capacidade de produzir relações, desvios, séries e acontecimentos. A palavra literária não vale apenas pelo que representa; vale pelo que faz circular, pelo que desloca e pelo modo como abre novas possibilidades de sentido. Em vez de procurar uma verdade escondida atrás do texto, a leitura deve acompanhar os movimentos que se produzem em sua superfície, onde o paradoxo e o não-senso deixam de ser obstáculos à compreensão e passam a operar como forças de criação.

A literatura, portanto, não conduz a uma profundidade oculta, mas a uma superfície intensiva, na qual o sentido se constitui como efeito. É nesse plano que a escrita literária se aproxima da reversão deleuziana do platonismo: ambas recusam a submissão ao modelo, ao fundamento e à identidade, afirmando, em seu lugar, a potência das diferenças, das passagens e dos acontecimentos. Assim, a literatura se apresenta como um campo privilegiado para pensar o sentido não como representação de algo anterior, mas como produção incessante na superfície da linguagem.

### **Considerações finais**

A reversão do platonismo, em Deleuze, não corresponde a uma simples inversão da hierarquia entre modelo e cópia. O que se coloca em

questão é o próprio regime que torna possível essa hierarquia, isto é, a lógica representacional fundada na identidade, na semelhança, na medida e na subordinação da diferença. Ao afirmar o simulacro, Deleuze desestabiliza o critério que definia a legitimidade das imagens e abre caminho para um pensamento em que a diferença já não precisa ser reconduzida a um fundamento anterior.

Esse deslocamento permite compreender a passagem da crítica da representação à teoria do sentido. Se a diferença não se deixa submeter ao Mesmo, o sentido também não pode ser pensado como essência, profundidade ou correspondência estável entre linguagem e mundo. Em *Lógica do sentido*, ele aparece como efeito de superfície, inseparável dos acontecimentos incorporais que se produzem na fronteira entre corpos e proposições. Desse modo, pensar o sentido implica abandonar a busca por uma origem oculta e acompanhar os modos pelos quais ele se constitui nas relações, nas séries e nos acontecimentos.

Nesse quadro, o paradoxo e o não-senso assumem uma função decisiva. O paradoxo rompe com o bom senso como direção única e com o senso comum como reconhecimento de identidades fixas; o não-senso, por sua vez, não se reduz a ausência de significação, mas participa da própria produção do sentido. Ambos mostram que o sentido não nasce da estabilidade, mas da tensão entre séries, da circulação da linguagem e da abertura do pensamento àquilo que escapa à representação.

A literatura evidencia essa dinâmica de modo privilegiado. Em Lewis Carroll, como mostra Deleuze, a linguagem não se limita a representar estados de coisas, mas encena paradoxos, desloca identidades e faz proliferar efeitos de sentido. Por isso, a literatura não aparece como aplicação externa da filosofia, mas como campo em que o sentido se produz em ato. Ler literariamente, nesse horizonte, não é buscar uma profundidade escondida por trás do texto, mas acompanhar os movimentos de superfície nos quais a linguagem cria acontecimentos.

Essa leitura permite ainda indicar uma possível consequência ética e política da crítica deleuziana da representação. Se a lógica representacional subordina o múltiplo à identidade, a noção de comunidade da diferença, associada ao pensamento de Miroslav Milovic, permite pensar uma forma de convivência em que a heterogeneidade não precisa ser neutralizada para compor o comum. Sem deslocar o eixo ontológico e literário deste artigo, tal aproximação sugere que a crítica à identidade pode também abrir um horizonte de relação com o outro, no qual a diferença não aparece

como desvio a ser corrigido, mas como condição de criação, coexistência e elaboração coletiva de sentido.

Conclui-se, portanto, que a noção de sentido como efeito de superfície permite articular, em Deleuze, a crítica da representação, a afirmação da diferença e a potência da literatura. Ao recusar o primado do modelo, da identidade e do fundamento, Deleuze propõe uma filosofia em que o pensamento não se orienta pela busca de uma verdade anterior, mas pela produção de relações, passagens e acontecimentos. É nesse plano que o paradoxo e o não-senso deixam de ser limites negativos da razão e passam a constituir operadores fundamentais de criação do sentido.

## Referências

- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MILOVIC, Miroslav. *Comunidade da diferença*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- VASCONCELLOS, Jorge. A filosofia e seus intercessores: Deleuze e a não-filosofia. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1217-1227, set./dez. 2005.